não ter atribuição para apreciar feitos dessa natureza. DECIDIU ainda, que a Promotoria de Justiça de origem proceda às devidas correções em seus registros de portarias. Contudo, tendo em vista que não há informações de que o Poder Público Municipal tenha efetivamente implantado o serviço de transporte coletivo naquela localidade, SUGERIU que a Promotoria de Justiça prossiga com as investigações e diligências, com vistas a tornar efetivo esse direito constitucional de transporte público à sociedade local.

3.5.9. Processo nº 000684-940/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Superintendência de Desenvolvimento Urbano de Marabá - SDU

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar indícios de ato de improbidade administrativa em relação ao patrimônio público municipal, no uso indevido de verbas públicas através de suposto fundo rotativo, no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento Urbano de Marabá-SDU. O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela consequente HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, considerando que, em relação à verificação de danos ao erário, não houve, pagamentos com preços substancialmente desproporcionais aos valores permitidos pela lei geral de licitações. Logo, pode-se afirmar, com espeque nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, que os agentes públicos investigados não incorreram na prática de ato de improbidade administrativa, uma vez que não agiram com dolo, não causaram danos ao erário, nem violaram princípios administrativos. Nesse contexto, forçoso é admitir não restar outro destino a ser dado ao presente feito, senão o seu arquivamento.

Registrou-se o impedimento de voto da Exma. Conselheira, Dra. Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo, referente aos itens 3.5.1, 3.5.2, 3.5.3, 3.5.6, nos termos do art. 37, § 5º, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. Registrou-se o impedimento de voto do Exmo. Conselheiro, Dr. Francisco Barbosa de Oliveira, referente aos itens 3.5.4, 3.5.5, 3.5.7, 3.5.8, 3.5.9, nos termos do art. 37, § 5º do Regimento Interno do CSMP.

6 . O que ocorrer.

Não houve registro.

Belém-PA, 03 de julho de 2018.

LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do Ministério Público

RESOLUÇÃO Nº 003/2018-CSMP, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

Altera o Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e dá outras providências.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Órgão da Administração Superior, no uso de suas atribuições e

CONSIDERANDO que compete ao Conselho Superior elaborar o seu Regimento Interno, nos termos do art. 26, inciso XII, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 6 de julho de 2006;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação e atualização do Regimento Interno do Conselho Superior;

CONSIDERANDO a Resolução nº 77, de 7 de agosto de 2011, do Conselho Nacional do Ministério Público, que estabelece regras sobre o dever de decidir e o prazo razoável dos processos administrativos no âmbito do Ministério Público brasileiro, RESOLVE:

Art. 1º O Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 56.

.....

§ 10. O Conselho Superior poderá publicar um único edital para remoção ou promoção, com a devida indicação dos critérios.

Art. 58. O Presidente do Conselho Superior do Ministério Público publicará no Diário Oficial do Estado, em até cinco dias, a contar do encerramento do prazo de inscrição, a relação dos candidatos inscritos no concurso público de remoção ou promoção para cada vaga.

Art.59.

Parágrafo único. A impugnação de que trata o caput será autuada e distribuída a um Conselheiro Relator.

Art. 61. Após o prazo de impugnação, a Secretaria do Conselho Superior enviará os autos à Corregedoria-Geral do Ministério Público, que, no prazo de noventa dias, elaborará o relatório, no qual constarão todas as informações necessárias à análise dos requerimentos de inscrição dos candidatos e ao julgamento dos certames.

§ 1º Concluído o relatório de que trata o caput, a Corregedoria-

Geral publicará aviso de disponibilidade do documento, o qual poderá ser objeto de retificação, se solicitada pelo candidato interessado no prazo de cinco dias úteis, a contar da publicação do aviso, e remeterá cópia aos membros do Conselho Superior.

.....

§ 4º O prazo referido no § 1º deste artigo, bem como todos os prazos estipulados pela Corregedoria-Geral em ato próprio, está contido no prazo estabelecido o caput.

§ 5º O prazo de que trata o caput poderá ser prorrogado pela Corregedoria-Geral por igual período, quando devidamente motivado.

Art. 62. Após a entrega do relatório elaborado pela Corregedoria-Geral, o Conselho Superior, no prazo de trinta dias, a contar do recebimento dos autos em sua secretaria, realizará a sessão de admissibilidade das inscrições e, em sequência, a sessão de votação e julgamento do certame, na qual também decidirá as impugnações, se houver, como preliminar, caso a caso, conforme dispõem os arts. 88, § 6º, e 89, § 2º, da Lei Complementar nº 057, de 2006.

.....

§ 3º O prazo de que trata o caput poderá ser prorrogado pelo Conselho Superior por igual período, quando devidamente motivado."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica autorizada a republicação consolidada do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público (<http://www.mppa.mp.br/>).

SALA DE SESSÕES DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, em 28 de junho de 2018.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça, área técnico-administrativa,

em substituição ao Procurador-Geral de Justiça,

Presidente do Conselho Superior

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Corregedor-Geral do Ministério Público

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

Conselheira

LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

Conselheira/Secretária

MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO

Conselheira

LUIZ CESAR TAVARES BIBAS

Conselheiro

Protocolo: 332853

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ MINISTERIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ EDITAL DO CONVITE Nº 08/2018 – REPETIÇÃO DO CONVITE 06/2018

1.0. OBJETO: Contratação de empresa especializada em telecomunicações para a prestação de serviço de 01 (um) link dedicado de acesso à internet com banda garantida na velocidade de 50 Mbps e 02 (dois) endereços IPs válidos para a Internet, e disponibilização dos equipamentos necessários para implementar os serviços de comunicação de dados.

2.0. LEGISLAÇÃO: O certame será regido pelas disposições contidas na Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, além da legislação complementar aplicável.

3.0. PRAZO de EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: pelo período de 01 (um) ano

3.1. Prazo da proposta: 60 (sessenta) dias

4.0. DATA DA ABERTURA: 11.07.2018 HORÁRIO: 9h30

5.0. LOCAL: na Sala de Licitações do MPCM/PA – Tv Magno de Araújo n.º 424 – Bairro Telégrafo, na Cidade de Belém/Pa.

6.0. DOCUMENTAÇÃO

6.1. No local, data e horário acima fixados, a Comissão Especial de Licitação receberá a documentação e as propostas em envelopes fechados e lacrados, contendo externamente, além da identificação da proponente, os seguintes dizeres:

a) **Envelope nº 01 – HABILITAÇÃO**
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS/PA
Comissão Permanente de Licitação
Convite nº 08/2018

b) **Envelope nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL**
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS/PA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CONVITE Nº 08/2018

6.2. O Envelope n.º 01, da HABILITAÇÃO, deverá conter os seguintes documentos, devidamente atualizados, com validade até a data da abertura das propostas em original ou em cópias autenticadas:

I – ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na competente Junta Comercial, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

II – comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

III – comprovante de inscrição no cadastro de contribuinte estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

IV – Prova de Regularidade perante a Fazenda Federal (através de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União) e da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, vigentes na data de abertura da presente licitação.

V - Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade/FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, vigente na data de abertura da presente licitação;

VI- Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, vigente na data da abertura da licitação;

VII – Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezoito (16) anos, exceto na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

VIII - Certidão ou Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

6.3. Caso a licitante esteja representada por preposto, este deverá estar devidamente habilitada por carta de preposição ou procuração para prática deste ato.

7.0. PROPOSTA COMERCIAL

7.1. Deverá ser entregue em envelope destacado, devidamente datilografado e rubricada pelo representante legal da empresa licitante;

7.2. A proposta deverá conter, de forma expressa, seu prazo de validade, que não poderá ser inferior a sessenta 60 (sessenta) dias.

8.0. DA ABERTURA E JULGAMENTO

8.1. A Comissão promoverá:

I - a abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos concorrentes e sua apreciação;

II – a devolução dos envelopes fechados aos concorrentes inabilitados, contendo as respectivas propostas, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação;

III – a abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados, desde que não haja a interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;

IV – a verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços concorrentes no mercado ou fixados pelo órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

V – o julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de menor preço;

VI – o encaminhamento para deliberação da autoridade competente quanto à homologação e adjudicação do objeto da licitação.

9. DA ADJUDICAÇÃO

9.1. A adjudicação do objeto licitado no presente Convite será feita ao licitante vencedor, após a necessária homologação da Procuradora Geral do MPCM/PA.

10. DOS RECURSOS

10.1. Os recursos, porventura existentes, deverão ser interpostos no prazo estabelecido no art. 109 e § 6º da Lei 8666/93, devendo ser digitalizado e devidamente fundamentado e assinado pelo representante legal do licitante recorrente.

10.2. Não serão aceitos recursos por via fax ou e-mail.

11. DAS SANÇÕES: As previstas no art. 87 da Lei 8666/93.

12. DO PAGAMENTO: O pagamento ocorrerá na forma especificada no termo de referência.

Belém, 28 de junho 2018

HELENA M R LOBATO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Protocolo: 332794